

PORTARIA PGJ nº 133, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018, ratificado pelo art. 10º, da Lei 8.091, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicadas no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, na forma do art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0195.3007	Construção de Promotorias Região Metropolitana	000001	000000	449051/0100	600.000,00
TOTAL					600.000,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0195.3007	Construção de Promotorias Região do Planalto da Borborema	000001	000000	449051/0100	299.000,00
03.122.0195.3013	Aparelhamento do Ministério Público Todo Estado	000001	000000	449052/0100	301.000,00
TOTAL					600.000,00

PORTARIA PGJ Nº 134, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE, em caráter excepcional, lotar a servidora ANDRÉA GUIMARÃES BEZERRA, Assessora de Gabinete, na Corregedoria Geral do Ministério Público de Alagoas, pelo prazo de 6 meses, com efeitos retroativos ao dia 26 de janeiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 135, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. EDELZITO SANTOS ANDRADE, 28º Promotor de Justiça da Capital, para atuar no Processo nº 0000517-61.2013.8.02.0052, em tramitação na Comarca de São José da Laje, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 26 de fevereiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

**Subprocuradoria-Geral
Administrativa Institucional**

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 25 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 286/2019

Interessado: Alyson Elvis Lima Balbino - Técnico desta PGJ.

Assunto: Requerendo progressão funcional.

Despacho: Defiro a progressão funcional, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8025/2018, da Classe B, nível II, PGJ B3 para Classe B, nível III, PGJ B3. Vão autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 398/2019

Interessado: Marcondes Batista Ayres - Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo progressão funcional.

Despacho: Defiro a progressão funcional, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8025/2018, da Classe C, nível III, PGJ C1 para Classe C, nível IV, PGJ C1. Vão autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 425/2019

Interessado: Comissão de Estágio Probatório - MPE-AL.

Assunto: Encaminhando avaliação funcional.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com seguinte



Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 437, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ANDERSON CLÁUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, Promotor de Justiça de Viçosa, para atuar, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 49ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias do Promotor de Justiça designado.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 438, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018, ratificado pelo art. 10º, da Lei 8.091, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicadas no quadro I desta portaria.



Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado – SIAFE, na forma do art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

Procurador-Geral de Justiça

outros

QUADRO I

CODIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0195.3007	Construção de Promotorias Regionais do Município de Maceió	000001	000000	449051/0100	125.000,00
TOTAL					125.000,00

QUADRO II

CODIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0195.3014	Recuperação e Melhoria das Unidades do Ministério Público	000001	000000	449051/0100	100.000,00
03.122.0195.3002	Implantação da Diretoria de Gestão de Pessoas	000001	000000	449052/0100	25.000,00
TOTAL					125.000,00

Distribuição Processual



Data de disponibilização: 29 de agosto de 2019

Edição nº 018

referentes ao mês de setembro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 470, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, *ex vi* do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018, ratificado pelo art. 10º, da Lei 8.091, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicadas no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado – SIAFE, na forma do art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0003.2363	MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO Todo Estado	000001	000000	339035/0100	160.000,00
TOTAL					160.000,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.122.0003.2107	MANUTENÇÃO DAS	000263	000000	339093/0100	160.000,00



	ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO Todo Estado				
TOTAL					160.000,00

Outros

TABELA DE TEMPORALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

1 INTRODUÇÃO

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) apresenta seu Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos (PCTTD). Esses instrumentos arquivísticos tem como objetivo nortear a Administração quanto a gestão documental no que tange sua classificação e temporalidade, e desta forma identificam documentos oficiais e as Classes Documentais que os organizam de forma hierárquica.

A elaboração destes instrumentos atende ao disposto no Art. 216 da Constituição Federal e nas Leis Federais 8.159/91 e 12.527/12, bem como se coaduna com as definições arquivísticas determinadas pelo Conselho Nacional de Arquivos em suas diversas resoluções e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), especialmente as seguintes resoluções: RESOLUÇÃO N° 138, DE 15 DE MARÇO DE 2016, que estabelece diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro, e a RESOLUÇÃO N° 158, DE 31 DE JANEIRO DE 2017, que Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos.

O PCTTD MPAL tem como cerne o ATO PGJ N°. 3/2018 que institui e regulamenta a Política de Gestão de Documentos Arquivísticos do Ministério Público do Estado de Alagoas.

A classificação documental possibilita a organização do acervo da Instituição, calcada na análise e identificação do conteúdo dos documentos; e determina o modo de ordenação a ser aplicada em documentos analógicos e digitais, com ênfase na melhor forma de armazenamento e recuperação das informações produzidas na execução das atribuições institucionais. O Plano de Classificação de Documentos busca trazer precisão na localização de documentos, e na recuperação das informações nele registradas, além de contribuir para a garantia da autenticidade e disponibilidade dos registros Institucionais. A visualização proporcionada pelo Plano de Classificação que vai do geral, para o particular, permite a compreensão do propósito de criação de um registro documental, sua razão de ser e existir, e a forma em que se encaixa no contexto funcional da Instituição assegurando sua autenticidade.

Já a Tabela de Temporalidade permite a guarda dos acervos no tempo que for necessário, partindo das premissas legais e históricas, tendo por base além de questões administrativas, jurídicas e operacionais, a análise do contexto sócio-histórico-cultural no qual está inserida a Instituição. Parte da concepção do princípio arquivístico das Três Idades (corrente, intermediária e permanente), sendo que a corrente refere-se a documentos necessários a permanecer na Unidade de Origem, seja por estar vigente ou em tramitação, a Intermediária, são documentos que não precisam estar mais próximos ao produtor, sendo transferido para o Arquivo Central da Instituição e assim desocupando espaços administrativos. Estes possuem valor probante, sendo necessários como fonte de prova em processos e necessidades diversas. Já os documentos em fase permanente, são aqueles nos quais a destinação final é a guarda permanente, seja por seu valor histórico, de pesquisa, de representação da concepção, natureza, existência, e das macro ações institucionais. É no final da fase intermediária que se executa o procedimento de destinação final, se guarda permanente ou descarte do documento.

A estabilidade existente na classificação funcional reduz consideravelmente a frequência de alterações da estrutura elementar do Plano de Classificação, facilitando a manutenção da integridade do acervo. Optamos desta forma por um plano de



Interessado: 3ª SEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DE ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Comissão designada pela Portaria nº 80/2019.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 24 de outubro de 2019.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 562, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018, ratificado pelo art. 10º, da Lei 8.091, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 17.485.103,00 (dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e três reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicadas no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.

Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado – SIAFE, na forma do art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
030004	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.131.0004.2500	GESTÃO DE PESSOAS TODO ESTADO	000001 000001 000001	000000 000000 000000	319001/0100 319011/0100 319013/0100	8.000.000,00 9.458.103,00 27.000,00
TOTAL					17.485.103,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
030004	MINISTÉRIO PÚBLICO DO				



	ESTADO DE ALAGOAS				
03.131.0004.2500	GESTÃO DE PESSOAS TODO ESTADO	000001 000001	500000 500001	319113/0100 319113/0100	8.000.000,00 400.000,00
03.091.0003.2089	CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS TODO ESTADO	000001 000001 000001	000000 000000 000000	339030 /0100 339033 /0100 339039 /0100	19.040,00 26.000,00 81.727,00
03.091.0003.2363	MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000263	000000 000000 000000	339035/0100 339040/0100 339035/0100	70.000,00 30.000,00 26.148,00
03.091.0195.3014	RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS UNIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001	000000	339039/0100	100.000,00
03.122.0003.2107	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000001 000001 000001 000001 000001 000258	000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000	339014/0100 339030/0100 339036/0100 339037/0100 339039/0100 339093/0100 339147/0100 339039/0100	150.000,00 400.000,00 300.000,00 1.446.793,00 500.000,00 4.730.395,00 15.000,00 200.000,00
03.122.0195.3001	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES REGIÃO METROPOLITANA	000001	000000	339039/0100	200.000,00
03.122.0195.3002	IMPLANTAÇÃO DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS REGIÃO METROPOLITANA	000001	000000	339039/0100	20.000,00
03.122.0195.3013	APARELHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000254 000255	000000 000000	339039/0100 339039/0100	15.000,00 15.000,00
03.128.0003.2124	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000001 000001	000000 000000 000000 000000	339014/0100 339030/0100 339033/0100 339047/0100	20.000,00 20.000,00 30.000,00 340.000,00
03.422.0003.2096	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS	000001 000001	000000 000000	339030/0100 339033/0100	10.000,00 20.000,00



	CENTROS DE APOIO OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001	000000 000000	339036/0100 339039/0100	10.000,00 290.000,00
TOTAL					17.485.103,00

*Republicado

PORTARIA PGJ nº 581, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2574/2019, RESOLVE designar o Dr. UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, 44º Promotor de Justiça da Capital e Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude do CAOP, para apresentar o Ministério Público do Estado de Alagoas, no Comitê Gestor Estadual que Estabelece Parâmetros e Recomendações para Implantação, Implementação e Monitoramento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência módulo Conselho Tutelar em Alagoas. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 582, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. WESLEY FERNANDES DE OLIVEIRA, 3º Promotor de Justiça de Rio Largo, de 2ª entrância, para funcionar no Processo nº 0888879-66.2005.8.02.0058, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 30 de outubro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 583, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. WESLEY FERNANDES DE OLIVEIRA, 3º Promotor de Justiça de Rio Largo, de 2ª entrância, com efeitos a partir do dia 30 de outubro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 584, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2793/2019, RESOLVE designar o Dr. IZADÍLIO VIEIRA DA SILVA FILHO, 6º Promotor de Justiça Penedo, para responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça de Penedo, durante as férias do Promotor de Justiça designado, com efeitos retroativos ao dia 1º de setembro de 2019. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça



O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2019.00007176-0, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina, nos Autos nº 06.2018.00000568-7, bem como nos feitos judiciais decorrentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 682, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2019.00006630-1, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Traipu, nos Autos do PIC nº 06.2018.00000951-7, bem como nos feitos judiciais decorrentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 683, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2019.00006438-0, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Anadia, nos Autos do PIC nº 06.2019.00000439-2, bem como nos feitos judiciais decorrentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 684, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e no exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista o quanto fora deliberado na 6ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em 21 de novembro de 2019, RESOLVE instaurar processo administrativo em desfavor do promotor de justiça CJOF, para os fins previstos no art. 47, da Lei Complementar nº 15/1996, do Estado de Alagoas, designando como comissão processante o Procurador de Justiça LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO, Corregedor-Geral Substituto, que funcionará como presidente, WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, 3º Procurador de Justiça Cível, DENNIS LIMA CALHEIROS, 5º Procurador de Justiça Cível, bem como o promotor de justiça NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, que funcionará como secretário. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 685, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, ex vi do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, do art. 143, I, da Constituição Estadual, combinados com o art. 10º, V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o art. 9º, V, da Lei nº 15, de 22 de novembro de 1996 e art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018, ratificado pelo art. 10º, da Lei 8.091, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica remanejado do orçamento vigente o valor de R\$ 3.178.726,00 (três milhões cento e setenta e oito mil e setecentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias, indicadas no quadro I desta portaria.

Artigo 2º - Os recursos necessários para execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no quadro II desta Portaria.



Artigo 3º - Comunique-se ao chefe do Poder Executivo para encaminhamento à Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado para implantação no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado – SIAFE, na forma do art. 51, da Lei nº 8.038, de 19 de julho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

QUADRO I

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	ADIÇÃO
030004	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.131.0004.2500	GESTÃO DE PESSOAS TODO ESTADO	000001	000000	319011/0100	2.974.176,00
03.122.0195.3013	APARELHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	000255	000000	449052/0100	204.550,00
TOTAL					3.178.726,00

QUADRO II

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	DETALHAMENTO DA FONTE	NATUREZA DE DESPESA/FONTE	REDUÇÃO
030004	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS				
03.091.0003.2089	CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS TODO ESTADO	000001	000000	339014 /0100	41.000,00
03.091.0003.2363	MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000001 000263 000263 000263	000000 000000 000000 000000 000000 000000	339047/0100 339039/0100 339040/0100 339030/0100 339039/0100 339014/0100	500,00 4.874,00 4.433,00 10.720,00 15.000,00 19.000,00
03.091.0195.3007	CONSTRUÇÃO DE PROMOTORIAS REGIÃO METROPOLITANA	000001 000001	000000 000000	449051/0100 449051/0100	370,00 1.000,00
03.122.0003.2107	CONSTRUÇÃO DE PROMOTORIAS PLANALTO DA BORBOREMA				
03.122.0003.2107	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO	000001 000001	000000 000000	339015/0100 339147/0100	30.000,00 1.477,00



	MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000001 000001 000001 000001 000001 000001 000001 000258 000258 000258 000259 000259 000259 000259 000259 000259	000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000 000000	339047/0100 339008/0100 339014/0100 339033/0100 339040/0100 339036/0100 339030/0100 339039/0100 339036/0100 339047/0100 339039/0100 339036/0100 339047/0100 339039/0100 339014/0100 339030/0100 339040/0100	34.770,00 1.000,00 87.142,00 200,00 128.570,00 11.527,00 48.000,00 2.054.000,00 10.000,00 2.000,00 15.494,00 3.000,00 1.000,00 1.062,00 15.000,00 1.034,00 262.000,00
03.122.0195.3002	IMPLANTAÇÃO DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS REGIÃO METROPOLITANA	000001	000000	449052/0100	15.000,00
03.125.0195.3485	IMPLANTAÇÃO DO GAESF – GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE A SONEGAÇÃO FISCAL REGIÃO METROPOLITANA	0000001	000000	449052/0100	188.180,00
03.128.0003.2124	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001	000000 000000	339014/0100 339030/0100	8.000,00 6.778,00
03.331.0003.2407	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS SERVIDORES DO MP TODO ESTADO	000001	000000	339046/0100	108.217,00
03.422.0003.2096	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO TODO ESTADO	000001 000001 000001 000001 000001	000000 000000 000000 000000 000000	339036/0100 339047/0100 339030/0100 339039/0100 339014/0100	5.000,00 2.550,00 9.795,00 6.033,00 25.000,00
TOTAL					3.178.726,00

Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

DECRETO N° 68.757, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

ABRE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, O CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 4.300.000,00 (QUATRO MILHÕES E TREZENTOS MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, usando da atribuição que lhe confere o Art. 107, inciso IV da Constituição Estadual, da autorização constante na Lei n° 8.091 de 23 de Janeiro de 2019, Lei n° 8.215 de 19 de dezembro de 2019 e o que consta no Processo Administrativo N° E:01700.0000011002/2019.

DECRETA

Art. 1° Fica aberto ao Ministério Público, o crédito Suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária indicada no anexo I deste decreto.

Art. 2° Os Recursos necessários para a execução do disposto no artigo anterior decorrerão de acordo com o Art. 43 § 1°, inciso II da Lei Federal n° 4.320/64.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 23 de dezembro de 2019, 203° da Emancipação Política e 131° da República.

JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Documento assinado eletronicamente por
RENATA DOS SANTOS

Documento assinado eletronicamente por
FABRÍCIO MARQUES SANTOS

ANEXO I (Anexo ao Decreto n° 68.757, de 23 de dezembro de 2019)			Suplementação em R\$ 1,00	
Código Orçamentário	Especificação	Região Planejamento	Nat. da Despesa /Fonte de Recursos	Valor
	MINISTÉRIO PÚBLICO			4.300.000,00
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO			4.300.000,00
03.131.0004.0313100042500	GESTÃO DE PESSOAS	TODO ESTADO	3190/100	4.300.000,00

Procuradoria Geral do Estado

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR, DESPACHOU NA DATA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, O(S) SEGUINTE(S) PROCESSO(S):

PROC: 01400.00000183/2019 - INTERESSADO: Secretário(a) SEAGRI - ASSUNTO: Licitação: Contratação DESPACHO PGE/ GAB. N° 3767/2019 - Aprovo o Despacho PGE-PLIC/CD n° 3264/2019 (2298056), da lavra da Coordenação da Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios, o qual acolheu o DESPACHO PGE/PLIC (Doc SEI N° 2291766), presente nos autos, com as razões nele contidas, conclusivo pela regularidade dos atos da fase externa, desde que cumpridas as condicionantes exaradas no referenciado despacho. 2. Reitero a recomendação de que, tendo a aprovação ocorrido de forma condicionada, a autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva pela omissão decorrente de eventual realização de procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação. 3. Destarte, remetam os autos à AMGESP para as providências ulteriores.

PROC: 04105.00000198/2019 - INTERESSADO: Supervisão de Planejamento de Registro de Preços - ASSUNTO: Licitação: Aquisição DESPACHO PGE/ GAB. N° 3788/2019 - Aprovo o Despacho PGE-PLIC/CD n° 3267/2019 (SEI - 2298314), da lavra da Coordenação da Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios, o qual acolheu o DESPACHO PGE/PLIC N° 1735/2019 (Doc SEI N° 2280109), presente nos autos, com as razões nele contidas, conclusivo pela regularidade dos atos da fase externa, desde que atendidas as condicionantes exaradas na referenciada manifestação jurídica. 2. Ressalte-se que, antes da assinatura do contrato, caso se trate de aquisição de material permanente, os autos devem ser encaminhados ao CPOF, caso se trate de aquisição de material de consumo deve o ordenador de despesa do órgão atestar que os bens a serem adquiridos são destinados ao desenvolvimento das atividades essenciais da Secretaria. 3. Reitero a recomendação de que, tendo a aprovação ocorrido de forma condicionada, a autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva pela omissão decorrente de eventual realização de procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação. 4. Destarte, remetam os autos à AMGESP para as providências ulteriores.

PROC: 52530.00001066/2017 - INTERESSADO: Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas - ASSUNTO: Licitação: Contratação DESPACHO PGE/GAB. N° 3744/2019 - Aprovo o Despacho PGE-PLIC/CD n° 3235/2019 (2277349), provindo da Coordenação da Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios, que por suas razões e fundamentos jurídicos, responde a consulta formulada no presente processo, com as observações ali constantes. 2. Destarte, remetam-se os autos à CEPAL para adoção das medidas pertinentes.

PROC: E:01101.0000003158/2019 - INTERESSADO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS - ASSUNTO: Demanda Externa: Legislativo DESPACHO PGE/GAB N° 3736/2019 - Aprovo o Parecer PGE/ASS n° 188/2019 (SEI n° 2269160), oriundo da Assessoria Especial da Procuradoria Geral do Estado, o qual opina pela possibilidade de sancionar o PL n° 163/2019, com a ementa abaixo transcrita: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SEM VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE DE ORDEM FORMAL E MATERIAL. PELA SANÇÃO. 2. Destarte, encaminho os autos ao Gabinete Civil para superior consideração do Chefe do Poder Executivo Estadual.

PROC: E:01204.0000001928/2019 - INTERESSADO: Gabinete do Secretário - ASSUNTO: Demanda Externa: Ministério Público Ciente do Despacho PGE PLIC (2224719), encaminho os autos ao Gabinete Civil, para autorização e convalidação do ato pelo Chefe do Poder Executivo.

PROC: E:01700.0000008425/2019 - INTERESSADO: Gerência de Patrimônio Mobiliário - ASSUNTO: Patrimônio: Leilão DESPACHO PGE/ GAB. N° 3745/2019 - Aprovo o DESPACHO PGE-PLIC-CD N° 3246/2019 (SEI n°2282338), da lavra da Coordenação da Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios, o qual acolheu o DESPACHO PGE/PLIC N° 1617/2019 (doc. SEI - 2281139), presente nos autos, conclusivo pela possibilidade de realização de licitação, na modalidade leilão, para alienação de bens públicos móveis inservíveis, desde que observada a adequação instrução processual, desde que atendidas as condicionantes exaradas no referenciado despacho. 2. Reitero a recomendação de que, tendo a aprovação ocorrida de forma condicionada, à autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva pela omissão decorrente de eventual realização de procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação. 3. Destarte, remetam os autos à SEPLAG para as providências ulteriores.

Diário Oficial



Maceio - quinta-feira
31 de janeiro de 2019

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

COMPANHIA DE Assinado de forma
EDICAO digital por
IMPRESSAO E COMPANHIA DE
PUBLICACAO DE EDICAO IMPRESSAO E
ALA:043088360 PUBLICACAO DE
00109 ALA:04308836000109
Dados: 2019.01.31
17:23:57 -03'00'

SUPLEMENTO

Ano 107 - Número 1007

Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

DECRETO N° 63.847, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e VI do art. 107 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo n° 1101-197/2019,

Considerando o disposto na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), na Lei Estadual n° 8.038, de 19 de julho de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 – LDO), na Lei Orçamentária Anual para 2019, nas normas de Direito Financeiro previstas na Constituição Estadual e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP; e

Considerando o disposto na Lei Estadual n° 7.961, de 5 de janeiro de 2018, a qual estabelece a implantação do novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Alagoas – SIAFE/AL, em substituição ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/AL e, ainda, a necessidade de estabelecer regras para a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado de Alagoas no exercício financeiro de 2019,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Este Decreto dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado para o exercício financeiro de 2019.

Art. 2° Para os fins do disposto neste Decreto considera-se:

I – Concedente: órgão ou entidade responsável pela descentralização de créditos orçamentários, de sua titularidade, destinados à realização de uma ação de governo pactuada;

II – Órgãos, Entidades ou Poderes do Estado de Alagoas: unidades da Administração Pública Direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Alagoas, o Ministério Público do Estado de Alagoas – MPE/AL, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas – DPE/AL, e seus fundos, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado de Alagoas que executem recursos decorrentes de dotações consignadas no Orçamento Anual;

III – Executante: órgão ou entidade investido do poder de executar os créditos orçamentários descentralizados para realização de uma ação de governo pactuada;

IV – Interveniente: órgão ou entidade que participa da descentralização para manifestar consentimento ou assumir obrigações;

V – LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada, para o exercício de 2019, nos termos da Lei Estadual n° 8.038, de 2018;

VI – LOA: Lei Orçamentária Anual, aprovada para o exercício de 2019, que compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social para o exercício financeiro corrente;

VII – Orçamento Fiscal: previsão das receitas e despesas dos Poderes do Estado, seus fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

VIII – Orçamento de Investimento: previsão dos aportes que o Estado de Alagoas fará nas empresas em que detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

IX – Orçamento da Seguridade Social: previsão dos planos de atuação do Estado relativamente à saúde, à previdência e à assistência social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados, da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público;

X – Ordenador de Despesa: agente público, formalmente designado, eleito ou nomeado por autoridade pública, que se constitui, nos termos da lei, no responsável pela administração superior do ente público e de cujos atos de gestão resultem a utilização, a arrecadação, a guarda, o gerenciamento ou a administração de dinheiros, bens e valores públicos pelos quais o ente responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

XI – SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda;

XII – SEPLAG: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio;

XIII – SIAFE/AL: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Alagoas;

XIV – Unidade Gestora – UG: a unidade administrativa investida no poder de gerir recursos orçamentários e financeiros da Unidade Orçamentária a qual se integra, ou de outras Unidades Orçamentárias às quais se vincula por meio do instrumento da descentralização; e

XV – Unidade Orçamentária – UO: o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou entidade a que são consignados recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 3° Em atenção ao disposto nos arts. 100 e 179 da Constituição Estadual e às leis orçamentárias vigentes, bem como ao § 6° do art. 48 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as normas estabelecidas neste Decreto aplicam-se a todos os Órgãos, Entidades ou Poderes do Estado de Alagoas.

Parágrafo único. Para preservação da autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPE/AL, do TCE/AL e da DPE/AL, observar-se-á, quanto ao funcionamento interno de cada Poder ou órgão, suas respectivas normas próprias.

Art. 4° A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria econômica para outra, ou de um órgão para outro, dar-se-ão conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO II DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Seção I Dos Instrumentos

Art. 5° O processo de execução do Orçamento Anual observará as normas deste Decreto e se dará por intermédio do SIAFE/AL.

Parágrafo único. No SIAFE/AL serão utilizados os seguintes instrumentos para registro orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial e de controle dos atos:

I – Nota de Dotação – ND;

II – Nota de Crédito – NC;

III – Nota de Descentralização de Crédito – DC;

IV – Solicitação de Alteração Orçamentária – SC;

V – Nota de Reserva – NR;

VI – Liberação de Cota – LC;

VII – Nota de Empenho – NE;

VIII – Nota de Liquidação – NL;

IX – Nota Patrimonial – NP;

X – Nota de Sistema – NS;

XI – Programação de Desembolso – PD;

XII – Ordem Bancária – OB;

XIII – Guia de Recebimento – GR;

XIV – Guia de Devolução – GD; e

XV – Lista de Favorecidos – OBLISTA.

Seção II

Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 6º A classificação das receitas e despesas é a constante da Lei Orçamentária Anual – LOA e seu detalhamento obedecerá ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores.

Seção III

Da Distribuição Inicial dos Créditos Orçamentários

Art. 7º A distribuição inicial de créditos orçamentários será feita pela SEPLAG, por meio de Nota de Dotação – ND, e detalhada por Órgão, Unidade Orçamentária – UO, Unidade Gestora – UG, Programa de Trabalho – PT, Fonte de Recurso, Natureza de Despesa, Região de Planejamento, e demais informações pertinentes, além de outros desdobramentos que eventualmente venham a ser criados.

§ 1º A Nota de Dotação – ND é o documento que registra os desdobramentos dos créditos previstos na LOA, bem como a inclusão dos créditos adicionais abertos durante o exercício e suas anulações.

§ 2º Em caso de realização de receita a maior em relação ao exercício anterior, a programação financeira poderá ser atualizada, desde que não implique descumprimento do teto de gasto.

Seção IV

Dos Créditos Orçamentários Adicionais

Art. 8º As solicitações de abertura de crédito adicional serão encaminhadas à SEPLAG cujos requerimentos devem ser instruídos com a exposição justificada do pleito e com os formulários originados pelo SIAFE/AL.

§ 1º Como condição necessária à abertura dos créditos adicionais, deverão ser indicados os recursos disponíveis para ocorrer a despesa, e que, desde que não estejam comprometidos, podem ser:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes do excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados por lei; e

IV – o produto de operações de crédito autorizadas por lei.

§ 2º Para os fins de observância do limite autorizado para abertura de crédito suplementar estabelecido na LOA, não serão considerados os remanejamentos de créditos entre elementos de despesa dentro da mesma categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, Fonte de Recurso, Região de Planejamento, no mesmo Programa de Trabalho – PT, inclusive a criação de elemento de despesa, que

forem realizados pelas Unidades Gestoras no SIAFE/AL, por intermédio da Solicitação de Alteração Orçamentária – SC.

§ 3º A apuração do superávit financeiro em balanço patrimonial do exercício anterior, a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo, far-se-á após a inscrição dos restos a pagar, realizada pelo órgão central de contabilidade pública do Estado, e o fechamento da execução orçamentária do exercício anterior, e será solicitada à SEPLAG, após o dia 1º de fevereiro, comprovada por meio do balanço patrimonial da Unidade Gestora, extrato bancário da conta e, ainda, o extrato da conta contábil de disponibilidade financeira por fonte extraído do SIAFE/AL no mês contábil 013 do ano anterior.

§ 4º As solicitações de crédito suplementar, nos termos do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão admitidas, apenas, se delas constar:

I – justificativa devidamente fundamentada da necessidade de crédito e da existência de recursos para compensação, conforme constante do art. 12 deste Decreto, e, no caso de anulação de dotações orçamentárias, justificativa do órgão ou entidade para a redução, acompanhada de demonstrativo da variação nas metas previstas nas ações de projeto e atividade fim, objetos de alteração; e

II – estimativa dos impactos futuros nas ações de projeto e atividade fim da unidade decorrente do reforço da despesa para a qual é solicitado o crédito.

§ 5º O não cumprimento dos procedimentos dispostos neste artigo implicará na devolução da solicitação ao órgão ou entidade de origem.

§ 6º A SEPLAG publicará Formulário normatizando a apresentação de justificativa às solicitações de crédito para atendimento ao disposto no § 4º deste artigo.

Art. 9º As solicitações de créditos adicionais sem cobertura orçamentária deverão ser encaminhadas previamente ao Comitê de Programação Orçamentária e Financeira – CPOF, a quem cabe deliberar sobre o pleito.

Art. 10. As dotações consignadas para realização de despesas com pessoal e encargos sociais somente poderão constituir fonte para abertura de créditos adicionais para o mesmo grupo de despesa.

Art. 11. As solicitações de créditos adicionais serão abertas na SEPLAG para verificação dos requisitos necessários, contudo, a confecção do crédito fica condicionada à manifestação da SEFAZ quanto à disponibilidade de recursos provenientes de repasses relativos a convênios e/ou liberação de recursos decorrentes de contratos de financiamento firmados pelo Estado de Alagoas.

§ 1º Deverá constar no processo de solicitações de abertura de crédito adicional por parte dos Entes e Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo a seguinte documentação:

I – cópia de termos de convênios de receita e/ou de contratos de financiamento, seus anexos e alterações, quando houver; e

II – demonstrativo da vinculação de todos os convênios com saldos bancários em 31 de dezembro de 2018 ao respectivo Programa de Trabalho – PT do exercício de 2019, no modelo a ser estabelecido por meio de ato normativo da SEFAZ.

§ 2º O não cumprimento dos procedimentos dispostos nos incisos I e II do § 1º deste artigo implicará na devolução da solicitação ao órgão ou entidade de origem.

§ 3º O registro de todas as etapas da execução dos convênios deverá ser efetuado no SIAFE/AL.

§ 4º A devolução de recursos de convênios não utilizados deverá ser feita após o parecer prévio da Contadoria Geral do Estado – CONGEAL, que indicará se a devolução deverá ser feita por anulação da receita orçamentária arrecadada, execução orçamentária do ente ou órgão responsável, ou ambas as modalidades, em processo administrativo próprio.

Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

DECRETO N° 67.094, DE 30 DE JULHO DE 2019.

ABRE AO ALAGOAS PREVIDÊNCIA, O CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, usando da atribuição que lhe confere o Art. 107, inciso IV da Constituição Estadual, da autorização constante na Lei n° 8.091, de 23 de Janeiro de 2019 e o que consta no Processo Administrativo N° E-04799-2428/2019.

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto ao Alagoas Previdência, o crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para reforço de dotação orçamentária indicada no anexo I deste decreto.

Art. 2° Os Recursos necessários para a execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no anexo II deste decreto.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 30 de julho de 2019, 203° da Emancipação Política e 131° da República.

JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Documento assinado eletronicamente por
GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Documento assinado eletronicamente por
FABRÍCIO MARQUES SANTOS

ANEXO I (Decreto n° 67.094, de 30 de julho de 2019)				Suplementação em R\$ 1,00
Código Orçamentário	Especificação	Região Planejamento	Nat. da Despesa /Fonte de Recursos	Valor
	ALAGOAS PREVIDÊNCIA			1.000.000,00
13569	ALAGOAS PREVIDÊNCIA			1.000.000,00
09.122.0004.0912200042001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO	TODO ESTADO	3390/291	1.000.000,00

ANEXO II (Decreto n° 67.094, de 30 de julho de 2019)				Anulação em R\$ 1,00
Código Orçamentário	Especificação	Região Planejamento	Nat. da Despesa /Fonte de Recursos	Valor
	ALAGOAS PREVIDÊNCIA			1.000.000,00
13569	ALAGOAS PREVIDÊNCIA			1.000.000,00
04.122.0220.0412202203451	MODERNIZAÇÃO DA ALAGOAS PREVIDÊNCIA	TODO ESTADO	4590/291	1.000.000,00

DECRETO N° 67.095, DE 30 DE JULHO DE 2019.

ABRE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, O CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, usando da atribuição que lhe confere o Art. 107, inciso IV da Constituição Estadual, da autorização constante na Lei n° 8.091 de 23 de Janeiro de 2019, Lei n° 8.124 de 1° de julho de 2019 e o que consta no Processo Administrativo N° E:01700.0000006436/2019.

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto ao Ministério Público, o crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária indicada no anexo único deste decreto.

Art. 2° Os Recursos necessários para a execução do disposto no artigo anterior decorrerão de acordo com o Art. 43 § 1°, inciso II da Lei Federal n° 4.320/64.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 30 de julho de 2019, 203° da Emancipação Política e 131° da República.

JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Documento assinado eletronicamente por
GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Documento assinado eletronicamente por
FABRÍCIO MARQUES SANTOS

ANEXO ÚNICO (Decreto n° 67.095, de 30 de julho de 2019)				Suplementação em R\$ 1,00
Código Orçamentário	Especificação	Região Planejamento	Nat. da Despesa /Fonte de Recursos	Valor
	MINISTÉRIO PÚBLICO			6.000.000,00
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO			6.000.000,00
03.131.0004.0313100042500	GESTÃO DE PESSOAS	TODO ESTADO	3190/100	6.000.000,00